

Gestão governamental e segurança pública: governança integrada, planejamento e desempenho institucional no estado do Pará (2018–2025).

Governmental management and public safety: integrated governance, planning, and institutional performance in the state of Pará (2018–2025).

Jonas Daby Gomes de Sousa¹

Girllândia Guilherme dos Santos Quaresma²

Edison de Sousa e Sousa³

Daniel Augusto da Silva e Silva⁴

RESUMO

Esta pesquisa analisa como a gestão pública, o planejamento estratégico e a colaboração entre instituições influenciam a melhoria dos índices de segurança pública no Pará, no período de 2018 a 2025. A pesquisa adota uma abordagem prática e qualitativa, analisando documentos, registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), e comparando-os com a média de outros estados. Os dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e do Atlas da Violência indicam uma queda significativa e consistente nos principais índices de criminalidade. Esses resultados sugerem uma conexão com ações administrativas conjuntas, o controle de metas e a colaboração entre as instituições. A formalização do planejamento

¹ Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará, Pós graduado em Matemática, suas tecnologias e o mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí, Soldado Jonas Daby Gomes de Sousa da Polícia Militar do Pará na cidade de Altamira, E-mail jonasdaby31@gmail.com

² Bacharel em Direito pela Faculdade Pitágoras, Tecnóloga em Segurança Pública na Faculdade Metodista, Pós-graduada em Polícia Judiciária Militar pela Faculdade Metropolitana São Carlos/Instituto Venture, 3º Sargento Girllândia Guilherme dos Santos Quaresma da Polícia Militar do Pará na cidade de Altamira, E-mail girllandiarotam@hotmail.com

³ Licenciatura em Letras/ Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, Pós Graduado em Segurança Pública pela Faveni, 3º Sargento Edison de Sousa e Sousa da Polícia Militar do Pará na cidade de Altamira, E-mail son_sousa@outlook.com

⁴ Bacharel em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo, Pós Graduado em Segurança Pública pela Faveni, 3º Sargento Daniel Augusto da Silva e Silva da Polícia Militar do Pará na cidade de Altamira, E-mail heloyssaugusta@gmail.com

estratégico e a colaboração entre as agências de segurança são essenciais para o sucesso das políticas de segurança pública no estado do Pará.

Palavras-chave: Gestão pública; Planejamento estratégico; União institucional; Políticas públicas.

ABSTRACT

This research analyzes how public management, strategic planning, and inter-institutional collaboration influence the improvement of public safety indicators in Pará from 2018 to 2025. The study adopts a practical and qualitative approach, analyzing documents and records of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI) and other types of offenses, comparing them with national averages and other Brazilian states. Official data from the Secretariat of Public Safety and Social Defense (Segup), the Brazilian Public Safety Yearbook, and the Violence Atlas indicate a significant and consistent decline in key crime rates. These results suggest a connection with joint administrative actions, goal monitoring, and collaboration between institutions. The formalization of strategic planning and cooperation among safety agencies are essential for the success of public safety policies in the state of Pará.

Keywords: Public management; Strategic planning; Institutional union; Public policies.

RESUMEN

Esta investigación analiza cómo la gestión pública, la planificación estratégica y la colaboración entre instituciones influyen en la mejora de los índices de seguridad pública en Pará, en el periodo de 2018 a 2025. La investigación adopta un enfoque práctico y cualitativo, analizando documentos, registros Crímenes Violentos Letales Intencionales (CVLI) y otros tipos de delitos, comparándolos con el promedio nacional y con el de otros estados. Los datos oficiales de la Secretaría de Seguridad Pública y Defensa Social (Segup), del Anuario Brasileño de Seguridad Pública y del Atlas de la Violencia indican una caída significativa y consistente en los principales índices de criminalidad. Estos resultados sugieren una conexión con acciones administrativas conjuntas, el control de metas y la colaboración entre las instituciones. La formalización de la planificación estratégica y la colaboración entre las agencias de seguridad son esenciales para el éxito de las políticas de seguridad pública en el estado de Pará.

Palabras clave: Gestión pública; Planificación estratégica; Unión institucional; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Uma das funções fundamentais do Estado contemporâneo é a segurança pública, que também é uma dimensão estratégica da administração estadual. A formulação e a execução de políticas públicas eficientes nesse campo dependem, entre outras coisas, da habilidade institucional de planejamento, da articulação entre os diversos órgãos governamentais e da implementação de modelos gerenciais focados em resultados. Nesse cenário, as abordagens atuais da administração destacam a relevância da governança colaborativa, da integração entre

instituições e do uso de evidências empíricas como ferramentas para orientar processos decisórios e melhorar a gestão pública.

No Brasil, a complexidade dos fenômenos ligados à criminalidade e à violência demanda respostas institucionais igualmente sofisticadas, fundamentadas em planejamento estratégico, intercâmbio de informações e colaboração entre as diversas entidades encarregadas da segurança pública. A Lei n.º 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), constitui um marco significativo nesse processo, pois define diretrizes para a integração federativa, a gestão orientada a resultados e fortalecimento das políticas públicas de segurança em todo o país.

As dinâmicas territoriais, sociais e econômicas do Pará impõem desafios particulares à gestão da segurança pública, levando em conta aspectos como a vasta extensão territorial, as disparidades regionais e a diversidade socioespacial existente no estado. Apesar desse cenário complexo, dados oficiais divulgados por entidades governamentais apontam reduções consideráveis nos índices de violência letal e em outras modalidades criminais entre 2018 e 2025. Esses resultados levantam questões importantes sobre os elementos institucionais, organizacionais e gerenciais que podem estar relacionados à diminuição e à reconfiguração dos índices de violência letal registrados no período em análise.

Considerando a situação atual, surge a seguinte questão central: de que maneira as ações de gestão do governo, o planejamento estratégico e a união entre as instituições podem influenciar positivamente os números da segurança pública no estado do Pará? A análise aprofundada desse questionamento é importante não só para o meio acadêmico, mas também para o aprimoramento das estratégias de governo focadas na segurança.

Dessa forma, este estudo busca examinar na prática a ligação entre a administração pública, o plano estratégico e a união das instituições no resultado da política de segurança pública no Pará, entre 2018 e 2025. A análise considera a mudança nos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e outros tipos importantes de crimes. Para atingir esse propósito, utiliza-se a análise de documentos e estatísticas descritivas, fundamentadas em dados oficiais de órgãos governamentais e centros de pesquisa.

Este estudo se mostra importante por dar mais informações à discussão sobre como a administração pública lida com a segurança, principalmente em áreas com problemas difíceis de resolver. Ao analisar dados reais sobre mudanças nos índices de criminalidade, o objetivo é entender melhor quais ações do governo podem ajudar a melhorar as políticas de segurança pública no Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Governança Pública e Planejamento Estratégico

Na área da administração pública moderna, muito se fala sobre como é essencial inovar a forma como o governo age, buscando métodos que se baseiem em dados concretos, que foquem no rendimento das instituições e que gerem resultados que possam ser medidos. Essa mudança acompanha as evoluções que aconteceram nas últimas décadas na gestão pública, principalmente com o surgimento de ideias como a Nova Gestão Pública, que prioriza uma administração eficiente, a análise do desempenho e uma forma mais lógica de usar o dinheiro público (HOOD, 1991). Assim, percebemos uma mudança dos modelos burocráticos antigos para formatos institucionais mais maleáveis, que conseguem lidar de forma mais efetiva com os problemas complexos da sociedade.

Nesse contexto, a administração pública contemporânea tem dado mais importância à colaboração entre as diversas entidades, à organização das estratégias governamentais e à aplicação de métodos de avaliação e responsabilização. Conforme Rhodes (1997), a governança se distingue pela criação de sistemas de entidades que abrangem diversos agentes governamentais e não governamentais, o que aumenta a habilidade de criar e executar medidas governamentais. No âmbito da segurança pública, essa abordagem se torna ainda mais crucial, já que o combate ao crime demanda a união de vários órgãos do governo, sistemas de informação, instituições policiais e métodos de gestão estratégica.

Ademais, os estudos sobre valor público, aprofundados por Moore (1995), salientam que o trabalho do governo deve se basear não somente na eficácia administrativa, mas também na produção de resultados que sejam relevantes para a sociedade. Dentro dessa visão, políticas governamentais eficientes necessitam do esforço do Estado em usar recursos institucionais, organizar os agentes e definir estratégias que gerem benefícios reais para a população. Dessa forma, o planejamento estratégico se transforma em ferramenta essencial para harmonizar os objetivos das instituições, estabelecer as prioridades do governo e acompanhar o desempenho das ações que são colocadas em prática.

Em terras brasileiras, essa maneira de gerir de forma unificada ganha força com a Lei nº 13.675/2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP. Esse sistema traça rumos para que a federação trabalhe junto, trocando informações e organizando as políticas de segurança em todo o país. Essa organização visa acabar com a divisão que sempre existiu entre as instituições, incentivando a união entre o Governo Federal, os estados e as cidades.

Assim, o plano estratégico se torna essencial para definir objetivos, formas de medir o progresso e como acompanhar as ações do governo. Usar ferramentas para avaliar constantemente e gerir com foco nos resultados ajuda a melhorar as políticas públicas. Isso permite que as decisões sejam mais lógicas e que o dinheiro público seja usado de forma mais

eficiente. Logo, juntar a gestão pública e o plano estratégico é vital para fortalecer a capacidade do Estado de lidar com problemas difíceis, como os da segurança.

2.2 Integração Institucional na Segurança Pública

Para fortalecer as políticas de segurança em áreas de grande complexidade social e criminal, a união entre as instituições é crucial. Estudos mostram que a falta de conexão entre os órgãos de segurança pública diminui a eficiência no combate ao crime, pois dificulta a troca de informações, a ação coordenada e o planejamento conjunto entre os diferentes setores do governo.

Pensando nisso, as formas atuais de gestão pública defendem que se trabalhe em conjunto e de forma descentralizada. Ostrom (2010) explica que sistemas de gestão com vários centros de decisão funcionando em harmonia tendem a ter resultados melhores em políticas públicas difíceis, já que aumentam a capacidade de adaptação e incentivam o uso compartilhado de recursos e dados. Na segurança pública, isso significa conectar as polícias, os órgãos de inteligência, o sistema de justiça criminal e os responsáveis pelo planejamento.

Estudos importantes sobre policiamento moderno também ressaltam a importância da colaboração entre as instituições para enfrentar a criminalidade. Bayley (2006) diz que um sistema policial eficiente depende não só da capacidade das corporações, mas também de estruturas que incentivem a coordenação, o compartilhamento de dados e a união entre os órgãos do governo. Skogan (2008) também destaca que a ligação entre as instituições de segurança, os governos locais e a população podem ajudar a diminuir o crime e a aumentar a confiança nas instituições públicas.

No Brasil, a necessidade de unir as instituições na segurança pública sempre foi vista como um grande desafio para o sucesso das políticas de governo. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) foi criado para resolver esse problema, estabelecendo regras para a colaboração entre os diferentes níveis de governo e criando formas de coordenar as instituições de segurança. Entre suas ideias principais estão a atuação em conjunto, a troca de informações, a padronização de processos e o planejamento estratégico em grupo.

Nesse cenário, a união entre as instituições vai além da colaboração formal entre os órgãos do governo, incluindo também a criação de sistemas de informação integrados, centros de comando e controle, ferramentas de inteligência e acompanhamento constante dos resultados. Esses instrumentos ajudam o Estado a analisar melhor os dados e a criar estratégias mais eficientes para prevenir e combater o crime.

Portanto, as políticas de segurança pública mais eficazes costumam surgir em situações em que as instituições trabalham de forma coordenada, com planejamento estratégico e

compartilhamento de informações. A união entre os diferentes órgãos do governo, junto com o uso constante de dados e indicadores criminais, é fundamental para fortalecer a gestão pública e melhorar os resultados das políticas de segurança.

3. METODOLOGIA

3.1 Natureza e abordagem da pesquisa

Este estudo baseia-se em uma pesquisa empírica e descritiva, utilizando uma abordagem mista que combina procedimentos quantitativos e qualitativos. A parte quantitativa concentrou-se na análise de séries temporais de indicadores criminais, com foco nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Já a frente qualitativa consistiu na análise de documentos, diretrizes institucionais e planos estratégicos que norteiam a política de segurança pública.

A adoção dessa estratégia metodológica permite uma visão mais completa do problema. Além de mapear as tendências estatísticas da criminalidade, essa integração possibilita entender como as decisões de gestão e os arranjos do governo influenciam, na prática, as mudanças observadas nos índices de segurança.

3.2 Delimitação temporal e espacial do estudo

O estudo foca no **Estado do Pará**, localizado na região Norte do Brasil, considerando o período compreendido entre **2018 e 2025**. Essa delimitação temporal foi definida não apenas na de dados oficiais consolidados, mas principalmente por ser um intervalo decisivo para entender como a violência letal se comportou recentemente no estado.

Além disso, esse recorte coincide com um momento de transformação na segurança pública marcado pela implementação e consolidação de estratégias de planejamento e integração entre as instituições. Outro fator relevante para a escolha desse período foi a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que trouxe diretrizes inéditas para a coordenação das políticas do setor em nível nacional e estadual.

3.3 Fontes de dados

As informações que baseiam este estudo foram extraídas de bases de dados oficiais e de órgãos de pesquisa de referência. Para garantir a confiabilidade da análise, priorizamos fontes governamentais que consolidam os indicadores de segurança e gestão. Entre os principais órgãos consultados, estão:

- **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP)** – dados oficiais de ocorrências criminais e estatísticas relacionadas aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e outras categorias criminais no período analisado.

- **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)** – informações provenientes do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, utilizado para comparação com tendências nacionais.
- **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)** – dados disponíveis no *Atlas da Violência*, utilizados como referência para análise comparativa e contextualização nacional.
- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** – estimativas populacionais utilizadas para contextualização demográfica e análise relativa dos indicadores.

3.4 Variáveis e indicadores analisados

O foco principal dessa análise são os **Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)**. Essa categoria é fundamental para o estudo, pois consolida os indicadores de maior impacto social, agrupando as seguintes ocorrências:

- homicídio doloso
- feminicídio
- latrocínio
- lesão corporal seguida de morte

A escolha desses indicadores se justifica por serem dados consolidados e essenciais para qualquer análise séria de segurança pública no Brasil. No entanto, para não limitar o diagnóstico apenas aos números absolutos, incluímos indicadores complementares. Essa estratégia permite captar não só a evolução temporal das ocorrências, mas também identificar variações percentuais e padrões de comportamento que poderiam passar despercebidos em uma análise isolada do período entre 2018 e 2025.

3.5 Procedimentos analíticos

Para o tratamento dos dados, recorreremos à estatística descritiva, priorizando a identificação de tendências ao longo da série histórica e o confronto entre os diferentes períodos analisados. Essa abordagem permitiu não apenas tabular os números, mas compreender o comportamento da violência letal no estado de forma comparativa. O processo envolveu os seguintes procedimentos:

- análise de séries temporais de indicadores criminais;
- cálculo de variação percentual entre períodos;
- comparação entre indicadores estaduais e tendências nacionais.

Essa análise foi o que nos permitiu mapear os padrões de queda na violência letal e, a partir daí, investigar como esse movimento se relaciona com as mudanças na estrutura de gestão. O objetivo foi entender se — e de que forma — os novos modelos de gestão da política de segurança pública no estado do Pará foram determinantes para as tendências observadas nos indicadores.

3.6 Limitações da pesquisa

Embora o estudo ofereça avanços na compreensão do tema, é importante apontar algumas limitações. A primeira delas é o uso predominante de dados secundários. Na prática, isso significa que os resultados estão vinculados aos critérios de registro e à forma como os órgãos oficiais sistematizam as estatísticas criminais, o que limita o controle direto sobre a coleta primária dessas informações.

Além disso, por adotar uma linha majoritariamente descritiva, o estudo não pretende estabelecer relações de causa e efeito diretas entre uma política específica e a variação dos índices. Portanto, os resultados aqui apresentados funcionam como evidências de tendências reais, e não como uma prova definitiva de causalidade.

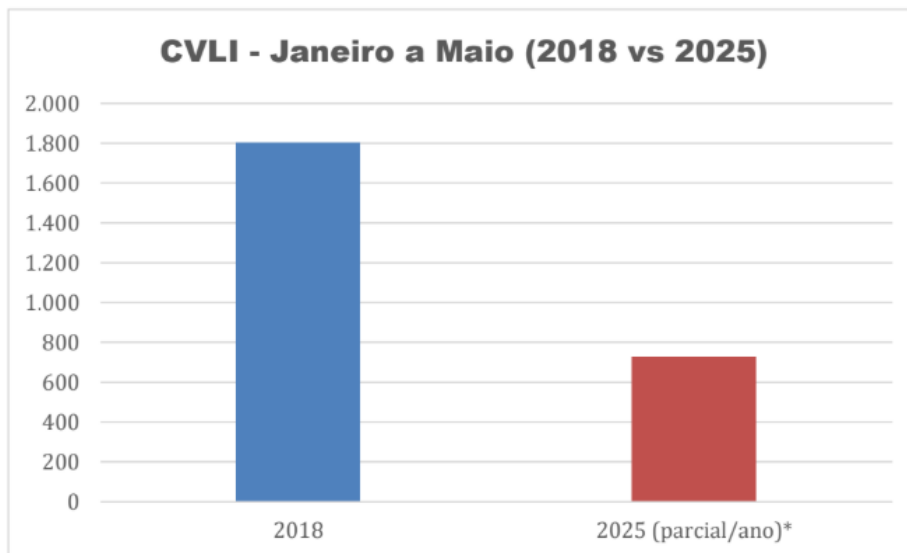
Ainda que essa cautela seja necessária, a confrontação de diferentes fontes e a análise pormenorizada das séries temporais conferem robustez à investigação. Esse esforço possibilita uma compreensão muito mais clara das dinâmicas institucionais e de como elas se articulam com a evolução da segurança pública no Pará.

4. RESULTADOS

4.1 Comparativo Nacional de CVLI (janeiro a maio)

A análise da série histórica de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Pará, entre 2018 e 2025, revela mais do que uma simples estatística: evidencia uma mudança de nível na segurança pública estadual. Enquanto muitos estados brasileiros ainda lutam para estabilizar seus índices, o Pará consolidou uma tendência de queda que o coloca em uma posição de destaque no cenário nacional.

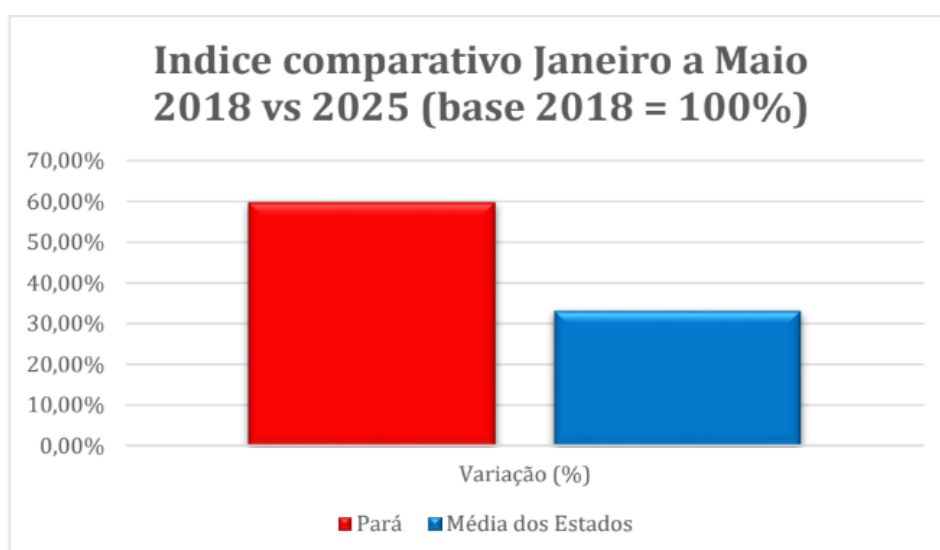
O contraste é emblemático: entre janeiro e maio de 2025, o estado contabilizou 726 casos de CVLI, uma marca que se distancia drasticamente dos 1.803 registros anotados no mesmo intervalo de 2018, conforme nos mostra o gráfico 1.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados da SEGUP – PA

O contraste entre os anos de 2018 e 2025 mostra que a redução da violência não foi de fato uniforme no Brasil. Enquanto o país como um todo conseguiu reduzir os índices, o Pará liderou a intensidade dessa queda em diversos momentos da série histórica.

O avanço do Pará torna-se ainda mais evidente quando confrontado com o panorama nacional. No recorte de janeiro a maio, o Brasil reduziu os CVLI em cerca de 34% desde 2018 até o ano de 2025. No mesmo intervalo, o Pará superou a média nacional com uma queda de quase 60%. O gráfico 2 detalha a evolução dos registros de CVLI em períodos equivalentes, tornando evidente a magnitude da redução alcançada. Mais do que uma simples listagem de números, o quadro permite visualizar o ritmo da queda e a consistência dos resultados ao longo do recorte temporal analisado.



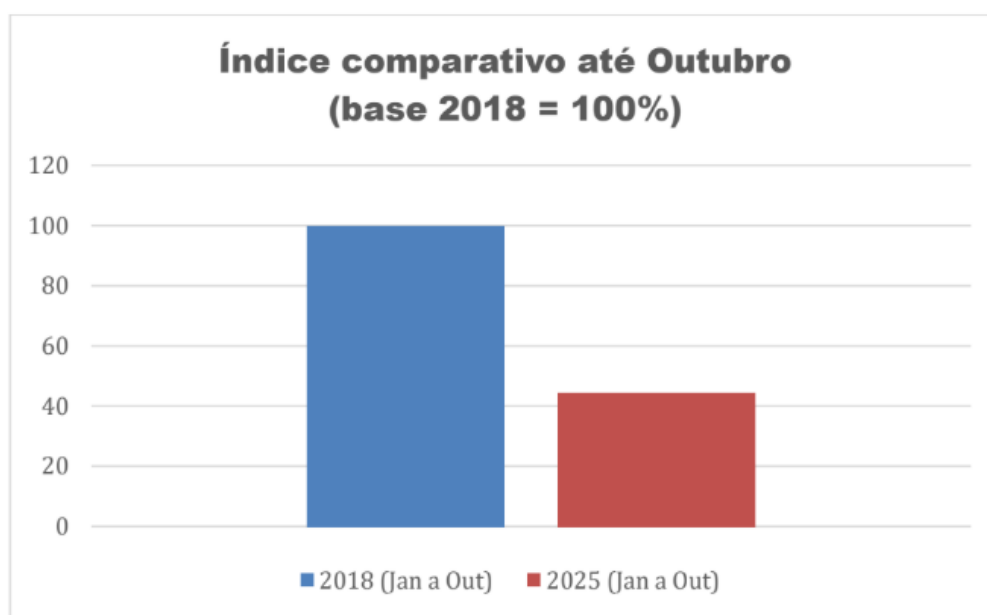
Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados da SEGUP – PA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Esse novo quadro foi muito ajudado pelo grande aumento do capital humano, como a realização de concursos importantes em 2020 e 2023, que trouxeram mais de 6.800 novas vagas. Somado ao aumento do efetivo, houve um salto na capacidade operacional através da renovação completa da frota, iniciada em 2023, e da modernização do armamento, culminando na entrega das pistolas Beretta em 2025. Portanto, a mudança profunda no comportamento da violência letal ao longo da série histórica é o resultado direto de uma gestão que aliou o aumento do contingente policial à entrega de equipamentos modernos.

4.2 Tendência acumulada da redução da violência letal

Essa trajetória de queda parece estar diretamente ligada a uma mudança de paradigma na gestão estadual. Como demonstra o **Gráfico 3**, a retração dos índices atinge um patamar histórico quando comparamos o acumulado de janeiro a outubro de 2025 com o mesmo período de 2018, evidenciando o declínio acentuado da violência letal sob uma base comparativa comum.

Gráfico 3 – Índice Comparativo de CVLI (Jan-Out): 2018 vs 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados da SEGUP - PA

Um dos pilares centrais para esse resultado foi o investimento na integração das polícias e o uso intensivo de inteligência, que permitiram uma resposta mais estratégica e menos reativa ao crime organizado. Além dos recursos financeiros, o fortalecimento do braço operacional do Estado — através do ingresso de novos policiais civis e militares, da renovação da frota e da modernização do armamento — foi decisivo.

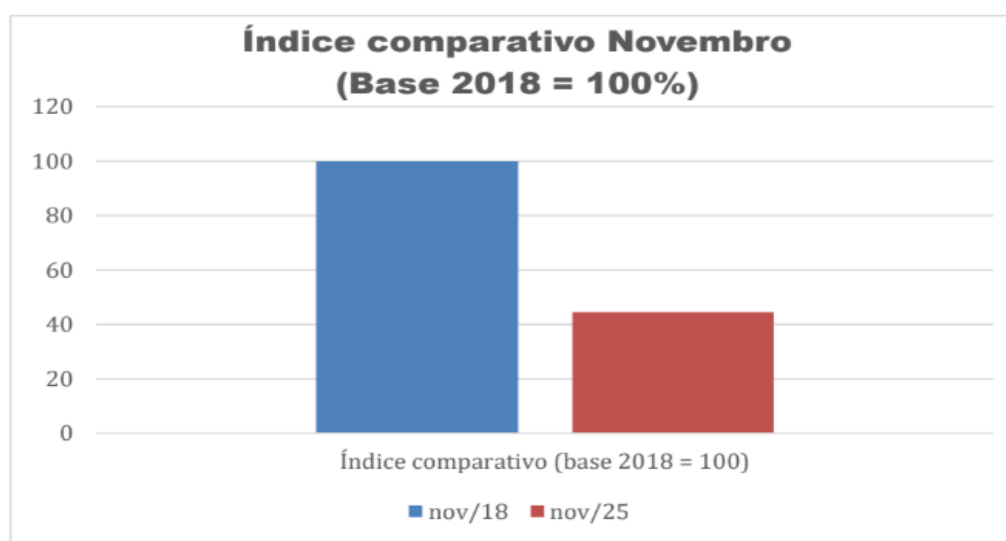
Somada a isso, a implementação de políticas transversais, como o programa Territórios pela Paz (TerPaz), introduziu uma lógica de presença estatal que vai além da repressão,

atuando diretamente nas causas sociais da violência. Portanto, a redução de 55,6% nos indicadores de 2025 reflete não apenas a eficiência operacional, mas também a consolidação de um modelo que equilibra o controle ostensivo com a ocupação social de áreas historicamente críticas.

4.3 Análise comparativa mensal

A análise dos dados mensais reforça que a queda não é um evento isolado, mas uma tendência que se mantém estável. Como ilustra o Gráfico 3, o mês de novembro de 2025 registrou uma redução de 55,61% nos casos de CVLI em comparação ao mesmo período de 2018.

Gráfico 4 – Comparativo Mensal de CVLI (novembro): 2018 vs 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados da SEGUP – PA

Essa marca é significativa, porque mostra que a diminuição da violência letal no Pará não depende de flutuações pontuais ou por sazonalidade. Pelo contrário, trata-se de um movimento consistente na evolução dos indicadores criminais. A permanência desse nível reduzido, observado mesmo em recortes mensais específicos, indica que as ações de gestão implementadas alcançaram um grau de maturidade capaz de sustentar resultados positivos ao longo do tempo.

4.4 Interpretação dos resultados

A análise dos indicadores aponta para um declínio sólido e contínuo da violência letal no Pará entre 2018 e 2025. A magnitude dessas reduções — visível tanto nos recortes mensais quanto nos acumulados — indica que não estamos diante de uma oscilação passageira, mas de uma mudança real na dinâmica criminal do estado.

Embora o método descritivo exija cautela ao falar em causalidade, os dados sugerem uma ligação clara entre a melhora dos índices e a mudança radical na gestão da segurança pública. O foco em planejamento estratégico, o monitoramento rigoroso de metas e, sobretudo, a integração entre as instituições parecem ser os motores dessa transformação.

Essas evidências reforçam o que a literatura sobre governança e gestão por resultados já defende: a eficiência de uma política pública não depende apenas de recursos, mas da capacidade do Estado em coordenar suas forças e utilizar indicadores de desempenho para corrigir rotas e aprimorar suas ações de forma contínua.

5. DISCUSSÃO

Os resultados apresentados apontam para uma retração consistente dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Pará durante o período avaliado. A magnitude dessa queda, observada tanto em recortes específicos quanto nos acumulados anuais, sinaliza mudanças estruturais na dinâmica da violência letal no estado.

Tais achados convergem com a literatura de segurança pública, que sublinha a relevância de arranjos institucionais centrados em planejamento, integração e monitoramento constante de dados. No campo da administração pública, a governança por resultados é frequentemente associada à capacidade de coordenação entre diferentes órgãos. Mark H. Moore, por exemplo, destaca que a criação de valor público reside justamente na habilidade do Estado em articular recursos, estratégias e metas. No mesmo sentido, a perspectiva de governança em redes, como proposta por R.A.W. Rhodes, reforça que a colaboração interinstitucional é o caminho para enfrentar problemas públicos complexos.

No cenário brasileiro, a Lei nº 13.675/2018 (SUSP) representa um marco nesse fortalecimento institucional, ao estabelecer diretrizes para a integração federativa e o compartilhamento de inteligência, visando superar a histórica fragmentação do setor. A evolução dos indicadores no Pará deve ser interpretada sob este prisma: a consolidação de uma gestão orientada por dados estatísticos e metas claras amplia a capacidade estatal de oferecer respostas mais eficazes à criminalidade.

É importante ressaltar, contudo, que a redução da violência letal é um fenômeno multicausal, influenciado por dimensões sociais, econômicas e institucionais. Assim, embora os resultados indiquem uma correlação robusta com o modelo de gestão adotado, o recorte descritivo desta pesquisa não pretende estabelecer nexos exclusivos de causalidade. Ainda assim, este estudo reafirma que a governança baseada em evidências e na integração é o caminho para fortalecer a atuação do Estado diante de desafios complexos, elevando, em última análise, a qualidade da segurança pública oferecida ao cidadão.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre práticas de gestão governamental, planejamento estratégico e integração institucional na segurança pública do Estado do Pará, considerando a evolução dos indicadores de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no período de 2018 a 2025. A análise dos dados evidenciou uma tendência consistente de redução desses indicadores ao longo da série temporal, com diminuições expressivas quando comparados os registros mais recentes com os observados no início do período analisado.

Os resultados indicam que a violência letal apresentou reduções significativas em diferentes recortes temporais, incluindo comparações semestrais, acumuladas e mensais. A magnitude dessas reduções sugere mudanças relevantes na dinâmica da criminalidade no estado, evidenciando uma tendência de queda sustentada nos registros de CVLI. Embora a análise descritiva dos dados não permita estabelecer relações de causalidade direta, os resultados observados apontam para possíveis associações entre a redução da violência letal e a adoção de práticas institucionais voltadas ao planejamento estratégico, à integração entre órgãos de segurança e ao monitoramento sistemático de indicadores.

A literatura sobre governança pública e gestão por resultados destaca que políticas públicas mais eficazes tendem a emergir em contextos institucionais caracterizados por coordenação interorganizacional, planejamento estruturado e utilização de informações estratégicas para tomada de decisão. Nesse sentido, a análise realizada neste estudo reforça a relevância desses elementos para o fortalecimento das políticas de segurança pública, especialmente em contextos territoriais complexos como o Estado do Pará.

Além disso, a institucionalização de instrumentos de integração no sistema de segurança pública brasileiro, como o estabelecido pela Lei nº 13.675/2018, contribui para o fortalecimento da governança no setor, incentivando o compartilhamento de informações, a coordenação entre diferentes instituições e o desenvolvimento de estratégias integradas de enfrentamento à criminalidade.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para o debate sobre governança pública e segurança pública ao analisar empiricamente a evolução de indicadores criminais e discutir sua possível relação com práticas de gestão governamental. Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam a importância de abordagens analíticas baseadas em evidências para o aprimoramento das políticas públicas no campo da segurança.

Entretanto, é importante reconhecer algumas limitações da pesquisa. A análise concentrou-se principalmente em indicadores quantitativos de violência letal, não incorporando variáveis socioeconômicas ou análises qualitativas que poderiam ampliar a

compreensão dos fatores associados às mudanças observadas. Dessa forma, futuras pesquisas podem aprofundar a investigação por meio de abordagens comparativas entre estados, análises espaciais da criminalidade ou estudos que integrem diferentes dimensões institucionais e sociais.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento de práticas de governança pública, aliado ao planejamento estratégico e à integração institucional, constitui elemento fundamental para o aprimoramento das políticas de segurança pública. A continuidade de estratégias baseadas em dados, o monitoramento de indicadores e a cooperação entre instituições tende a contribuir para a consolidação de resultados positivos na redução da violência e no fortalecimento da capacidade estatal de enfrentamento da criminalidade.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Changing the Guard**: Developing Democratic Police Abroad. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BAYLEY, David H. **Police for the future**. New York: Oxford University Press, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, [202-]. Edições recentes.

HOOD, Christopher. A public management for all seasons? **Public Administration**, [S. l.], v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência**: séries 2018-2024 e projeções. Brasília: Ipea; São Paulo: FBSP, 2024.

MOORE, Mark Harrison. **Creating Public Value**: Strategic Management in Government. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OSTROM, Elinor. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. **Global Environmental Change**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 550-557, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). **Editais n. 01/2020 e Edital n. 01/2023**: Concursos Públicos para as Forças de Segurança Pública do Estado do Pará. Belém: DOE, 2020-2023.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). **Dados oficiais de segurança pública do Estado do Pará (2018–2025)**. Belém: SEGUP, 2025.

RHODES, R. A. W. **Understanding Governance**: policy networks, governance, reflexivity and accountability. Buckingham: Open University Press, 1997.

SKOGAN, Wesley G. **Police and Community in Chicago**: A Tale of Three Cities. Oxford: Oxford University Press, 2008.